



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES Nº TRF2-ETP-2023/00149

01. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

1.1 As janelas do prédio apresentam seus componentes internos (como caixilhos, braços, quadro móvel e quadro fixo) com defeitos ou quebrados, o que atrapalha ou até mesmo impede a abertura dessas janelas.

1.2 Considerando a necessidade de recuperar e repara esses componentes, faz-se necessária a presente contratação para evitar que a impossibilidade de abertura de janelas em casos de falta de refrigeração ou incêndio coloque em risco os servidores e magistrados do TRF.

02. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL:

A presente contratação encontra respaldo institucional conforme previsão na Programação Orçamentária constante no ID 234 da PO 2023.

03. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

3.1 Visando o cumprimento do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, a Contratada deverá:

3.1.1 Atender todas as normas e regulamentações pertinentes ao objeto da contratação, pormenorizadas nos tópicos “Medidas de Segurança e de Sustentabilidade”, “Qualificação técnica” e “Obrigações da Contratada”;

3.1.2 Os documentos técnicos constituintes dos serviços deverão obedecer às recomendações da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), referentes às normas de classificação, especificação, métodos, procedimentos, padronização, simbologia e terminologia de todos os elementos.

- Códigos, Leis, Decretos, Portarias e Normas Federais, Estaduais e Municipais, inclusive Normas de concessionárias de serviços públicos;
- Normas da ABNT e INMETRO;
- Instruções e Resoluções dos Órgãos do Sistema CREA-CONFEA e CAU;
- Resolução CONAMA n.º 307 de 05/07/2003;
- LEI Nº 12.305 de 02/08/2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- Normas Regulamentadoras (NR) e Portarias do Ministério do Trabalho.

3.1.3 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos::

3.1.3.1 – Utilizar preferencialmente materiais reciclados, biodegradáveis ou atóxicos na execução da solução contratada.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

3.1.3.2 – Não utilizar trabalho escravo ou infantil, ou máquinas que aumentem a geração de resíduos industriais no modo de produção do bem ou serviço a ser contratado.

3.2. SUBCONTRATAÇÃO

3.2.1 É vedada a subcontratação total do objeto do contrato. Sem prejuízo das suas responsabilidades contratuais e legais, a contratada poderá durante a execução do contrato, subcontratar parte dos serviços até o limite de 49 % do valor global do contrato.

3.2.2 As empresas subcontratadas deverão ser formalmente apresentadas à fiscalização do contrato.

3.2.3 As empresas subcontratadas deverão comprovar ter as qualificações técnicas necessárias para a execução dos serviços subcontratados.

3.2.4 Cabe ao contratante avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução dos serviços subcontratados, bem como verificar os demais requisitos de habilitação eventualmente aplicáveis, dentre eles a regularidade fiscal e trabalhista.

3.2.5 Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

3.3 HABILITAÇÃO TÉCNICA

O fornecedor será selecionado por meio da realização de Pregão, na forma eletrônica, que culminará com a seleção da proposta de menor preço. Os critérios de habilitação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

3.3.2.1 Capacitação técnico-profissional - comprovação de que a licitante possui em seu corpo técnico, na data da licitação, 01 (um) profissional de nível superior, Engenheiro Civil ou Arquiteto, reconhecidos pelo CREA/CAU, detentores de atestados de responsabilidade técnica, devidamente registrados no CREA/CAU da região onde os serviços foram executados, acompanhados das respectivas Certidões de Acervo Técnico - CAT expedidas por esses Conselhos que comprovem a execução de serviços de reforma de prédio público ou comercial, compatíveis com o objeto da presente licitação, envolvendo a utilização de balancim elétrico e a substituição de braços articulados ou perfis metálicos de composição do quadro de esquadria de janela.

3.3.2.1.1 O responsável técnico acima elencado deverá pertencer ao quadro da empresa, entendendo-se como tal, para fins deste Edital, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio do contrato/estatuto social, o administrador ou diretor, o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social, o prestador de serviços com contrato escrito firmado com a licitante e o profissional detentor de declaração de contratação futura emitida pela licitante, acompanhada de sua anuência.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

3.3.2.1.2 Os profissionais indicados pela licitante para fins de comprovação da qualificação técnica deverão participar da execução do objeto desta licitação.

3.3.2.1.3 No decorrer da execução dos serviços, o (s) profissional (ais) de que trata este subitem poderá (ão) ser substituído (s), nos termos do § 10º do art. 30 da Lei nº 8.666 /93, por profissional (ais) de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.

3.3.2.2 Capacitação técnico-operacional - comprovação através de, no mínimo, 01 (um) atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome da licitante, que ateste que a mesma executou serviços de reforma de prédio público ou comercial, compatíveis com o objeto da presente licitação, envolvendo a utilização de balancim elétrico e a substituição de braços articulados ou perfis metálicos de composição do quadro de esquadria de janela.

Para efeito da comprovação de capacitação técnico-operacional, não será admitida apresentação de atestados em nome de empresas subcontratadas.

JUSTIFICATIVA PARA A NECESSIDADE DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Em se tratando de serviço de reforma e recuperação de esquadrias em um prédio de 25 pavimentos é imprescindível a qualificação técnica das empresas nesse tipo de serviço com a utilização de balancim elétrico para que possa ser executada a recuperação dos componentes das esquadrias sem risco de danos aos servidores do Tribunal, transeuntes e funcionários da empresa. A capacitação na substituição de braços articulados é também imprescindível pois se trata de componente presente em todas as esquadrias do prédio sede, e o que apresenta mais defeitos

JUSTIFICATIVA PARA APRESENTAÇÃO DE UM ÚNICO ATESTADO:

Trata-se de reforma de esquadrias em um prédio de 25 pavimentos, num prazo de 150 (cento e cinquenta) dias corridos, sendo necessário, para isso, que haja várias frentes de trabalho, atuando simultaneamente e de forma interdependente uma das outras, sempre utilizando todas as medidas de segurança necessárias, incluindo a colocação de balancim elétrico. Por esse motivo, é imprescindível a comprovação de que a empresa possui a capacidade de disponibilizar várias equipes de trabalho. No caso de permissão de somatório de atestados, não fica demonstrada essa capacidade da empresa, que pode ter executado vários pequenos serviços separadamente, mas não tem condições técnicas de executá-los ao mesmo tempo.

4.4 HABILITAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA

Como documentos indispensáveis à avaliação da boa situação financeira, as sociedades por ações deverão apresentar a publicação das demonstrações financeiras do último exercício social, elaboradas de acordo com os dispositivos da lei Nº6.404/76 e certificadas por auditor independente, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanço provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais, quando encerrado a mais de três meses da data de apresentação dos envelopes de documentação da Licitação.

As demais empresas, se não exercerem o direito de opção de enquadramento na lei Nº6.404/76, deverão apresentar cópias autenticadas do último balanço patrimonial e demonstração dos resultados, que comprovem a boa situação financeira da empresa, certificado por contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade, vedada a

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrado a mais de três meses da data de apresentação dos envelopes de documentação da Licitação.

9.2.1. Capital **Social integralizado líquido** no valor de, no mínimo, 10% do valor do custo estimado da presente licitação, na data da apresentação dos envelopes de documentação da Licitação.

9.2.2. Certidões negativas de protesto e de falência ou concordata, expedidas pelo **DISTRIBUIDOR** da **SEDE** da pessoa jurídica, datadas de até 90 (noventa) dias anteriores à apresentação dos envelopes de documentação da Licitação.

9.2.3. Garantia, nos termos no art.31, inciso III c/c § 1º do art.56 da lei N° 8.666/93, equivalente a 1 % do valor do custo estimado da presente licitação;

Para efeito de avaliação da boa situação financeira ficam estabelecidos 03 (três) níveis de pontuação para os indicadores: liquidez corrente, geral e grau de endividamento da empresa.

Serão considerados os dados do último exercício, realizando-se o cálculo de índices contábeis para a avaliação pela forma fórmula a seguir:

INDICADOR:	LIQUIDEZ CORRENTE	LIQUIDEZ GERAL	GRAU DE ENDIVIDAMENTO
	<u>AC</u>	<u>AC+RLP</u>	<u>PC+ELP</u>
	PC	PC+ELP	PL

CÁLCULO:

1º NÍVEL $LC \geq 3,0$ $LG \geq 3,0$ $GE \leq 0,4$ (9 PONTOS)

2º NÍVEL $1,5 \leq LC < 3,0$ $1,5 \leq LG < 3,0$ $0,4 < GE \leq 0,8$ (6 PONTOS)

3º NÍVEL $1,0 \leq LC < 1,5$ $1,0 \leq LG < 1,5$ $0,8 \leq GE < 1,0$ (3 PONTOS)

INABILITADO $LC < 1,0$ $LG < 1,0$ $GE > 1,0$

Onde:

AC = ATIVO CIRCULANTE

PC = PASSIVO CIRCULANTE

ARLP = ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

ELP = EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

PL = PATRIMÔNIO LÍQUIDO

LC = LIQUIDEZ CORRENTE

LG = LIDUIDEZ GERAL

GE = GRAU DE ENDIVIDAMENTO

A não obtenção de número total de pontos igual ou superior a **18 (dezoito)** importa em demonstração de inexistência de boa situação financeira que se requer para a contratação pretendida, e, conseqüentemente será considerada **inabilitada**.

As empresas deverão apresentar os cálculos dos respectivos índices, conforme o acima mencionando.

4.5 ATESTADO DE VISTORIA

4.5.1 A licitante poderá vistoriar o local onde serão executados os serviços até o último dia útil anterior à data fixada para a abertura do Edital, com o objetivo de inteirar-se das condições e grau de dificuldades existentes, sanar todas as dúvidas técnicas e tomar conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação. Esta vistoria é considerada suficiente para que o licitante conheça todos os aspectos pertencentes aos serviços a serem executados.

4.5.2 As visitas serão realizadas de segunda-feira a sexta-feira, das 12:00 às 16:00, devendo ser previamente agendadas com o setor requisitante DIVISÃO DE OBRAS /NÚCLEO DE GESTÃO DE OBRAS pelo tel 2282-8544 ou pelo e-mail nugor@trf2.jus.br.

4.5.3 A declaração do licitante de que conhece as condições locais para a execução do objeto e entrega dos serviços supre a necessidade de visita técnica.

4.6 O contratado deverá realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações.

04. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO:

9.1 O quantitativo de material e serviço foi calculado com base no levantamento técnico elaborado pela equipe de engenheiros e arquitetos da DIOBR /NUGOR, conforme consta da planilha sintética Anexo II (TRF2-INC-2023/01228).

05. LEVANTAMENTO DE MERCADO:

SOLUÇÕES		ANÁLISE VANTAGENS /DESVANTAGENS
1	Contratação de empresa especializada para execução de reforma e recuperação de componentes internos das janelas do prédio do Tribunal	A contratação é a forma mais rápida e econômica para a realização do serviço, visto que as esquadrias ainda estão em condições de uso.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

2	Substituição das esquadras	Essa solução é bem mais onerosa e demorada
3		

5.1 Solução Escolhida

Contratação de empresa especializada para execução de reforma e recuperação de componentes internos das janelas do prédio do Tribunal

5.2. Não foram encontradas nas contratações pesquisadas diferentes metodologias ou diferentes logísticas que atendessem às necessidades da presente contratação de modo mais eficaz.

5.3 Importante salientar que a contratação (ou aquisição) se encontra disponível no mercado em diversas empresas.

06. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

9.2 O valor estimado é de R\$ 501.375,29, calculado através da pesquisa de preços do SINAPI conforme consta dos Anexos II e III relativos às planilhas de Formação de Preços e Planilha de Estimativas de Preços (TRF2-INC-2023/01229 e 1228)

07. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

7.1 Solução Escolhida

Contratação de empresa especializada para execução de reforma e recuperação de componentes internos das janelas do prédio do Tribunal

7.2 Justificativa da escolha

Considerando a premissa de que As janelas do prédio do TRF2 apresentam seus componentes internos (como caixilhos, braços, quadro móvel e quadro fixo) com defeitos ou quebrados, o que atrapalha ou até mesmo impede a abertura dessas janelas e da consequente necessidade de recuperar esses componentes para evitar desconforto e riscos aos servidores e magistrados a solução escolhida é a contratação de empresa para execução de reforma e recuperação de componentes internos das janelas do prédio do Tribunal.

7.3 O presente estudo preliminar evidenciou que a contratação da solução mostra-se possível tecnicamente e fundamentadamente necessária, sendo viável a contratação pretendida.

08. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO:

É tecnicamente e economicamente inviável dividir a solução em contratações separadas com vistas a se obter uma economicidade no preço final, em virtude do

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

aproveitamento da mão-de-obra e dos equipamentos de segurança (andaime entre outros), mantendo o mesmo padrão esperado, em conformidade com as normas de segurança vigentes.

09. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS:

9.1 Possibilitar a abertura e fechamento de todas as janelas do prédio, com os movimentos e segurança necessários, mantendo a devida proteção dos ambientes internos do prédio do TRF2.

9.2 Os benefícios almejados residem em contribuir para a prática de ações que visem o desenvolvimento sustentável, no qual o crescimento da economia e a geração de riquezas estejam integrados à preservação do meio ambiente e ao manejo adequado dos recursos naturais, assim como o direito dos indivíduos à cidadania e a qualidade de vida;

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO, PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO:

Não se vislumbra necessidade de tomada de providências para adequação do ambiente do TRF2 para que a contratação seja devidamente executada, em função da existência de depósitos e vestiários no prédio.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES:

Não existem contratações correlatas

12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS:

12.1 A Contratação prevê que o serviço será executado de acordo com a legislação de segurança e dos órgãos ambientais, não havendo, portanto, impactos ambientais negativos.

12.2 Trata-se de contratação que contribui para a prática de ações que visam o desenvolvimento sustentável e a preservação do meio ambiente e ao manejo adequado dos recursos naturais.

13. PARECER CONCLUSIVO SOBRE A VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO:

Os estudos preliminares evidenciaram que a contratação da solução descrita no TRF2-TER-2023/00202 mostra-se possível tecnicamente e fundamentadamente necessária. Diante do exposto, declara-se ser viável a contratação pretendida.

Rio de Janeiro, 05 de junho de 2023.

ALEXSANDRO SANTOS CAMPELO
Diretor(a) de Divisão
DIVISÃO DE PROJETOS, ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRA

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO